

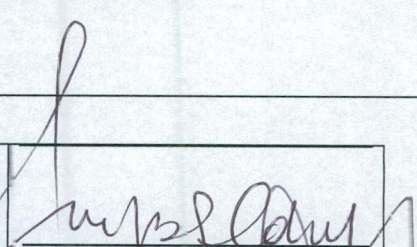
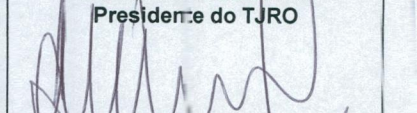
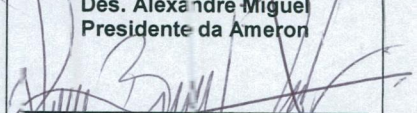
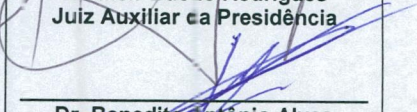
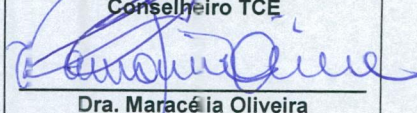
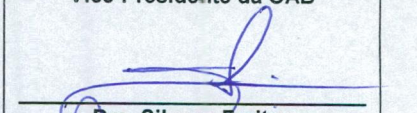
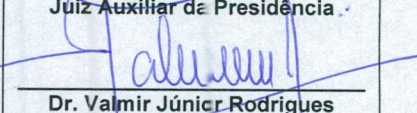
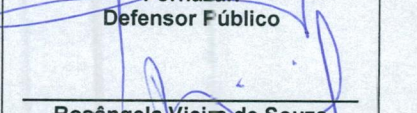

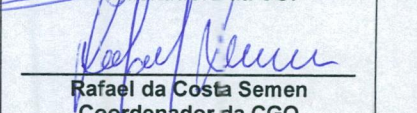


ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ATA DE REUNIÃO

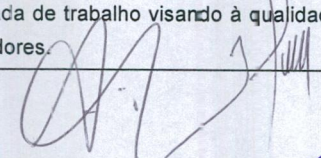
TIPO	DATA	DURAÇÃO
Mista	11/4/2017	2 horas

OBJETIVO	COORDENADOR(A)
Promover a participação da sociedade na identificação de demandas para formulação, execução e acompanhamento de metas, planos, programas e implementação de políticas judiciárias, bem como para construção da proposta orçamentária 2018 do Poder Judiciário do Estado de Rondônia.	Dr. Ilisir Bueno Rodrigues

<p>1. Abertura da Audiência Pública pelo Presidente Desembargador Sansão Saldanha;</p> <p>2. Palavra da Ameron;</p> <p>3. Palavra da OAB;</p> <p>4. Palavra da Defensoria Pública;</p> <p>5. Palavra do Sinjur.</p>	<p>1.1 Compunham a mesa os juízes auxiliares da Presidência Dr. Ilisir Bueno Rodrigues e Dra. Silvana Freitas; o Conselheiro do TCE Dr. Benedito Antônio Alves; a vice-presidente da OAB Dra. Maracélia Oliveira; o Defensor Público Dr. Valmir Júnior Rodrigues Fornazari e o Desembargador Presidente da Ameron Dr. Alexandre Miguel;</p> <p>1.2 O Desembargador Sansão Saldanha abriu a sessão explanando sobre a oportunidade dada ao Poder Judiciário, bem como à população, de participar e exercer a democracia no tocante à prestação jurisdicional. Devido a compromissos profissionais, o Presidente teve que se ausentar, passando a presidência dos trabalhos ao juiz auxiliar da Presidência, Dr. Ilisir Bueno Rodrigues;</p> <p>1.3 Dada a condução dos trabalhos ao Dr. Ilisir, este falou a respeito da importância da participação popular interna e externa na elaboração do orçamento do PJRO. Disse também tratar de um evento de administração, planejamento e sobretudo de interface com a sociedade. Em seguida, foi dada a palavra à Secretária de Planejamento, Rosângela Vieira de Souza, que falou a respeito da Estratégia do PJRO, explicando também o processo de tratamento das demandas da audiência, bem como toda a logística de planejamento, elaboração, acompanhamento e execução do orçamento para 2018;</p> <p>1.4 A seguir, o Conselheiro do TCE, Dr. Benedito Antônio Alves, ao cumprimentar a atitude pioneira do TJRO, ressaltou a importância da realização da audiência pública diante do cenário econômico atual, no que tange à participação popular.</p> <p>2. Sugestões da Ameron:</p> <p>2.1 Preenchimento de, pelo menos, 32 cargos vagos de magistrados;</p> <p>2.2 Criar mecanismos que viabilizem o acesso das entidades de cunho social e assistencial aos valores arrecadados;</p>	<p> Des. Sansão Saldanha Presidente do TJRO</p> <p> Des. Alexandre Miguel Presidente da Ameron</p> <p> Dr. Ilisir Bueno Rodrigues Juiz Auxiliar da Presidência</p> <p> Dr. Benedito Antônio Alves Conselheiro TCE</p> <p> Dra. Maracélia Oliveira Vice-Presidente da OAB</p> <p> Dra. Silvana Freitas Juiz Auxiliar da Presidência</p> <p> Dr. Valmir Júnior Rodrigues Fornazari Defensor Público</p> <p> Rosângela Vieira de Souza Secretária Especial da SEPOG</p> <p> Angelina Gomes de Brito Almeida Coordenadora da CGP</p> <p> Rafael da Costa Semen Coordenador da CGO</p>
---	--	---

TIPO DE REUNIÃO:

- 1 - Informativa - tem a finalidade de apresentar fatos, dados ou informações aos participantes;
- 2 - Tomada de decisão - objetiva identificar alternativas para a solução de problemas e definir sua implantação;
- 3 - Avaliativa - enfoca acertos de decisões previamente compromissados;
- 4 - Mistas - podem acontecer envolvendo os três tipos anteriores.

- 2.3 Divulgar os valores arrecadados em penas e medidas alternativas revertidas às entidades de cunho social e assistencial;
 - 2.4 Criar ou executar o Plano Geral de Obras;
 - 2.5 Criar um Fundo Especial voltado à segurança;
 - 2.6 Criar um Fundo Virtual no orçamento local, com destaque de verbas específicas suficientes para atender às demandas necessárias e prioritárias indicadas pelo respectivo Comitê de Segurança Institucional.
- 3. Sugestões da OAB:**
- 3.1 Instalar monitores extras nas salas de audiências possibilitando o acompanhamento das conciliações;
 - 3.2 Disponibilizar equipamentos às partes advogados e interessados, não apenas para consulta, mas também para a digitalização e peticionamento;
 - 3.3 Capacitar servidores para atender pessoas com deficiência ou idosos na forma da Lei, bem como para os advogados, no que tange ao manuseio do Pje;
 - 3.4 Melhorar o desarquivamento dos processos aliado à necessidade de que os dados de processos declarados arquivados estejam disponíveis em formato digital, chamada "nuvem", facilitando-se seu acesso, além de revisar o valor do desarquivamento de 30,00 para 100,00 reais;
 - 3.5 Diminuir as instabilidades do PJE, principalmente fora do horário de expediente do TJRO;
 - 3.6 Garantir às advogadas gestantes a entrada em tribunais sem serem submetidas a detectores de metais e aparelhos de raios X;
 - 3.7 Reservar às advogadas gestantes vagas em garagens dos fóruns dos tribunais;
 - 3.8 Reunir as varas em um único prédio na comarca de Cacoal;
 - 3.9 Garantir às advogadas lactantes, acotante ou que der à luz, acesso a creche, onde houver, ou a local adequado ao atendimento das necessidades do bebê;
 - 3.10 Instalar a comarca de Nova Mamoré;
 - 3.11 Foi ressaltada a necessidade do novo fórum de Jipará; as más condições de Ouro Preto; a conclusão de Ariquemes; reformas em Vilhena e Rolim de Moura e a atenção ao Fórum Criminal, dada sua antiguidade.
- 4. Sugestões da Defensoria Pública:**
- 4.1 Discussão para a criação de uma vara de Regularização Fundiária, dada a necessidade do Estado de Rondônia;
 - 4.2 Atenção ao PJE, conforme havia mencionado a OAB.
- 5. Sugestões do Sinjur:**
- 5.1 Atenção à equidade dos pleitos dos servidores aposentados e demais servidores;
 - 5.2 Reposição salarial;
 - 5.3 Redução da jornada de trabalho visando à qualidade de vida dos servidores.
- 
- 